

Maranhão ganha protagonismo em projeção que aponta Nordeste como motor da economia brasileira

O Nordeste deve liderar o crescimento econômico brasileiro na próxima década, impulsionado por investimentos em indústria, infraestrutura, logística, agronegócio e energia renovável. Segundo projeção da Tendências Consultoria, o Produto Interno Bruto (PIB) da região deve crescer 1,9% em 2026, 1,6% em 2027 e registrar média anual de 3,3% entre 2028 e 2035, acima da estimativa de 2,4% para a economia brasileira no mesmo período.

Entre os estados que devem ganhar protagonismo está o Maranhão, favorecido pela posição estratégica do Porto do Itaqui, pela expansão da fronteira agrícola do Matopiba e pelo fortalecimento da malha logística. Para a consultoria, o conjunto de investimentos em curso representa uma mudança estrutural na economia nordestina, ampliando a capacidade produtiva e a competitividade da região. Os aportes estão distribuídos por diversos estados. Ceará, Bahia, Pernambuco e Sergipe concentram projetos bilionários nos setores de tecnologia, indústria automotiva, petróleo, refino e biocombustíveis. Entre os destaques estão novos data centers, montadoras, refinarias e plataformas de exploração de petróleo, iniciativas que devem ampliar a atividade industrial e diversificar a economia regional nos próximos anos.

Além dos investimentos privados, a expansão da infraestrutura logística deve desempenhar papel decisivo nesse processo. Projetos como a Ferrovia Transnordestina, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e a modernização

dos principais portos nordestinos buscam reduzir custos de transporte, aumentar a eficiência do escoamento da produção e fortalecer a integração da região com os mercados nacional e internacional.

No Maranhão, a infraestrutura logística aparece como um dos principais diferenciais competitivos. O Porto do Itaqui consolidou-se como o maior porto público do Arco Norte, desempenhando papel estratégico no escoamento de soja, milho, minério, combustíveis e fertilizantes. Integrado à Ferrovia Norte-Sul, à Estrada de Ferro Carajás e às rotas do Matopiba, o estado amplia sua importância para as exportações brasileiras. Outro fator decisivo é a liderança do Nordeste na geração de energia edílica e solar, condição que fortalece a atração de indústrias de alto consumo energético, como data centers, siderúrgicas e projetos de hidrogênio verde.

Embora o setor ainda enfrente limitações na infraestrutura de transmissão, especialistas avaliam que novos investimentos devem preservar a vantagem competitiva da região.

Apesar das perspectivas favoráveis, economistas ressaltam que o avanço econômico dependerá também de melhorias nos indicadores sociais, especialmente em educação e produtividade. A avaliação é que, se esses desafios forem enfrentados, o ciclo de investimentos poderá consolidar o Nordeste como um dos principais motores do crescimento brasileiro, com o Maranhão ocupando posição estratégica nesse processo.

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 27.967.244/0001-02 - NIRE 33.3.003347-5 | Código CVM nº 02448-1

EDITAL DE CANCELAMENTO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EQUATORIAL TRANSMISSORA 8 SPE S.A.). Ficam os senhores titulares das debêntures da primeira série em circulação (“Debenturistas da Primeira Série”) da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, da **Tapajós Transmissora de Energia S.A.** (nova denominação social da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.) (“**Companhia**”), emitidas nos termos do “**Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**”, originalmente celebrado em 15 de abril de 2019, entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 17.343.682/0003-08 (“**Agente Fiduciário**”), a Equatorial S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.220.438/0001-73 (“**Equatorial**”) e a Verene Transmissão Subholding S.A. (nova denominação social da Equatorial Transmissão S.A.), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.520.790/0001-31 (“**Verene Transmissão**”) e “**Escritura de Emissão Original**”, respectivamente, conforme editado pelo (i) “**Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**”, celebrado em 21 de maio de 2019, entre a Companhia, o Agente Fiduciário, a Equatorial e a Verene Transmissão (“**Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão Original**”), e (ii) “**Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**”, celebrado em 8 de outubro de 2025, entre a Companhia, o Agente Fiduciário, a Verene Transmissão e a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.513.663/0001-10 (“**Segundo Aditamento à Escritura de Emissão Original**”) e, em conjunto com a Escritura de Emissão Original e o Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão Original, “**Escritura de Emissão**”, bem como o Agente Fiduciário, informados acerca do cancelamento e desconvocação da assembleia geral dos Debenturistas da Primeira Série que ocorreria no dia **15 de julho de 2026, às 14:00 horas**, de modo exclusivamente digital e remoto, por meio da plataforma “**TEV**” (<https://assembleia.ten.com.br/402340266>), conforme edital de 1ª (primeira) convocação publicado em 24 de junho de 2026, 25 de junho de 2026 e 26 de junho de 2026 no jornal “**Jornal Pequeno**”. Rio de Janeiro, 30 de junho de 2026. **TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** – Sra. Ana Graciela Heugas Granato – Presidente do Conselho de Administração.

TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 27.967.244/0001-02 - NIRE 33.3.003347-5 | Código CVM nº 02448-1

EDITAL DE CANCELAMENTO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) SÉRIE DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM 2 (DUAS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (NOVA DENOMINAÇÃO SOCIAL DA EQUATORIAL TRANSMISSORA 8 SPE S.A.). Ficam os senhores titulares das debêntures da segunda série em circulação (“Debenturistas da Segunda Série”) da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, da **Tapajós Transmissora de Energia S.A.** (nova denominação social da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.) (“**Companhia**”), emitidas nos termos do “**Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**”, originalmente celebrado em 15 de abril de 2019, entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 17.343.682/0003-08 (“**Agente Fiduciário**”), a Equatorial S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.220.438/0001-73 (“**Equatorial**”) e a Verene Transmissão Subholding S.A. (nova denominação social da Equatorial Transmissão S.A.), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.520.790/0001-31 (“**Verene Transmissão**”) e “**Escritura de Emissão Original**”, respectivamente, conforme editado pelo (i) “**Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**”, celebrado em 21 de maio de 2019, entre a Companhia, o Agente Fiduciário, a Equatorial e a Verene Transmissão (“**Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão Original**”), e (ii) “**Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.**”, celebrado em 8 de outubro de 2025, entre a Companhia, o Agente Fiduciário, a Verene Transmissão e a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.513.663/0001-10 (“**Segundo Aditamento à Escritura de Emissão Original**”) e, em conjunto com a Escritura de Emissão Original e o Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão Original, “**Escritura de Emissão**”, bem como o Agente Fiduciário, informados acerca do cancelamento e desconvocação da assembleia geral dos Debenturistas da Segunda Série que ocorreria no dia **15 de julho de 2026, às 17:00 horas**, de modo exclusivamente digital e remoto, por meio da plataforma “**TEV**” (<https://assembleia.ten.com.br/929649856>), conforme edital de 1ª (primeira) convocação publicado em 24 de junho de 2026, 25 de junho de 2026 e 26 de junho de 2026 no jornal “**Jornal Pequeno**”. Rio de Janeiro, 30 de junho de 2026. **TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** – Sra. Ana Graciela Heugas Granato – Presidente do Conselho de Administração.

MT
TRANSPORTE
FRETES NA CAPITAL E INTERIOR
· EVENTOS EVANGÉLICOS
· PASSEIOS EM FAMÍLIA
· TURISMO
(981) 93167-7564
(981) 98456-2086
mj.ttransportes2@hotmail.com

José Reinaldo
O ex-governador José Reinaldo Tavares escreve às terças-feiras para o Jornal Pequeno

A questão climática e o novo paradigma

Um trabalho do professor doutor Fabrício Brito Silva, da Universidade Ceuma e também assessor especial para Assuntos Institucionais da SEDEPE, traz uma luz sobre o desenvolvimento das sociedades, não mais centradas apenas no PIB, criando assim um novo paradigma, no sistema internacional sobre prosperidade das sociedades: “A prosperidade das sociedades no século XXI dependerá da capacidade de integrar capital natural, capital humano, capital cognitivo e instituições eficazes”. Isso, dentro de uma convergência que une PNUD, Banco Mundial, IPCC, OCDE, Fórum Econômico Mundial, OMS, UNESCO, IEA, OIT. “Tal convergência é particularmente notável”, diz Fabrício, porque essas instituições possuem origem, metodologia e campos de atuação distintos. Ainda assim, seus diagnósticos apontam para uma mesma direção, sugerindo que estamos diante de uma transformação comparável em magnitude à Revolução Industrial.

Durante grande parte do século XX, desenvolvimento era praticamente sinônimo de crescimento econômico. O PIB era considerado o principal indicador de sucesso das nações. Essa concepção começou a mudar em 1990. Em 1990, conta Fabrício, o PNUD mostrou: “Pessoas são a real riqueza das nações”. E o IDH passa a complementar o PIB. Eu governei o estado do Maranhão de 2002 a 2006. E o meu governo foi o primeiro a estabelecer com meta mobilizadora de todas as secretarias o aumento do IDH.

Em 2006, o economista Nicholas Stern, no relatório Stern Review, do Tesouro Britânico, apontou que “mudança climática é o maior mercado que o mundo jamais viu”. Custos da inação do PIB mundial/ano chegam a 15%-20%.

Em 2018,o Banco Mundial demonstrou no Projeto Capital Humano que 60% da riqueza global é capital humano. O Índice do Capital Humano mede o potencial produtivo perdido por déficits em saúde e educação, que torna pessoas improdutivas.

Em 2021, a Revisão Dasgupta, do Tesouro Britânico, concluiu: “Nossa economia, meios de subsistência e bem-estar dependem do nosso bem mais precioso, a Natureza”, ou seja, é uma ruptura de paradigma ao colocar a economia como subsistema da biosfera.

Em 2023, o relatório de síntese do IPCC AR6 mostra a temperatura global já 1,1°C, acima dos níveis pré-industriais. O conceito de desenvolvimento resiliente ao clima passa a ocupar posição central.

Assim, o clima tornou-se variável econômica. O clima como risco multidimensional: risco fiscal e orçamentário, risco para infraestrutura, risco para segurança hídrica, risco alimentar e energético, risco para a competitividade territorial. Assim, pela

primeira vez, o conceito de desenvolvimento resiliente ao clima passa a ocupar posição central, associando clima, segurança alimentar, recursos hídricos, infraestrutura, saúde e bem-estar em uma única agenda integrada.

Com isso, muda o conceito anterior e a natureza passa a ser um ativo econômico. No paradigma anterior, a economia era concebida como um sistema separado da natureza. Recursos naturais eram tratados como insumos gratuitos ou externalidades.

Ou seja, a natureza era vista como recurso a explorar. O crescimento era acumulação de capital físico. O sucesso era a maximização do PIB. O novo paradigma muda o conceito e a economia passa a ser compreendida como subsistema da biosfera.

Capital humano é componente essencial da riqueza das nações. Ou seja, natureza é ativo econômico estratégico; crescimento é ampliação de capacidades; sucesso é riqueza abrangente sustentável.

O conceito de Riqueza Abrangente é calculado pela soma de três grandes componentes, incluindo Capital Produzido: infraestrutura, máquinas, edificações, ativos físicos e logística. Capital Humano: saúde, educação, competências, produtividade e capacidade da população. Capital Natural: florestas, biodiversidade, recursos hídricos e serviços ecossistêmicos.

Os países podem apresentar crescimento econômico e, simultaneamente, reduzir sua riqueza total. Crescimento baseado em degradação ambiental ou baixa formação de capital humano pode ser insustentável a longo prazo.

Assim, o capital humano passa a ser a principal riqueza global. 60% de capital humano; 20% de capital natural e 20% de capital produzido.

Os resultados do Índice do Capital Humano mostram que perdas em educação, saúde e nutrição representam enormes custos econômicos para a sociedade. A principal mensagem é contundente: a riqueza futura das nações dependerá cada vez mais da qualidade do capital humano acumulado em suas populações.

Relatórios recentes da OCDE, UNCTAD, UNESCO, Fórum Econômico Mundial, Stanford Institute for Human - Centered Artificial Intelligence indicam que o mundo vive uma Twin Transition (Transição Gêmea), a convergência entre a transição verde e a transição digital.

Os prognósticos são excepcionais. Transição Verde: investimentos globais em energia limpa ultrapassarão US\$ 2 trilhões anuais. Transição Digital: investimentos privados globais em inteligência artificial atingiram US\$ 252 bilhões em 2024.

A economia de baixo carbono e a economia do conhecimento não constituem agendas separadas. Elas

são partes de uma mesma transformação estrutural que redesenha a competitividade dos territórios.

O futuro do trabalho, debatido no Fórum Econômico Mundial, projeta uma transformação profunda no mercado de trabalho global até 2030. Com 170 milhões de novos empregos, 92 milhões de empregos eliminados com saldo líquido de 78 milhões de empregos.

As competências de maior crescimento incluem: Inteligência Artificial e Dados, Análise de Dados; Machine Learning e Alfabetização Tecnológica. Em competências verdes, teremos Engenharia Climática, Bioeconomia, Energia Limpa e Gestão Hídrica. Nas capacidades cognitivas, teremos Pensamento Analítico, Criatividade, Resiliência e Aprendizagem Contínua.

Ou seja, a principal infraestrutura estratégica do século XXI não será apenas física, mas cognitiva.

E o Maranhão? Vamos ver o Maranhão como Ativo Estratégico Global. Como venho afirmando em meus artigos, o nosso estado reúne uma combinação de ativos estratégicos como poucos territórios no mundo possuem simultaneamente. Isso exige governança para convertê-los em desenvolvimento. São eles: Amazônia e Cerrado; Costa Oceânica; Arco Norte e Capital Natural.

A Amazônia e o Cerrado são dois dos maiores biomas do planeta, com imenso potencial de bioeconomia, serviços ecossistêmicos e mercado de carbono. A Costa Oceânica tem imenso potencial eólico offshore, hidrogênio verde e a Baía de São Marcos, que tem condições excepcionais para portos, naturalmente.

O Arco Norte, junto com a Baía de São Marcos, forma um corredor logístico estratégico para a Ásia, posicionando o Maranhão como hub da nova economia global. E o imenso capital natural que detemos com a biodiversidade, recursos hídricos, capacidade de sequestro de carbono e resiliência territorial.

Isso tudo só depende de nós e depende da qualidade das instituições que construímos. O século XX e o século XXI representam dois modelos radicalmente distintos de geração de riqueza e competitividade territorial. No século XX,os ativos centrais eram petróleo, aço, energia fóssil, indústria pesada. No século XXI os ativos centrais são: biodiversidade, água, serviços ecossistêmicos, sequestro de carbono.

O Maranhão é relativamente pobre nos ativos do século XX, mas é extraordinariamente rico nos ativos do século XXI.Essa é a virada estratégica que o estado precisa incorporar como premissa central.

São várias as fontes de financiamento climático

“
Vamos ver o Maranhão como Ativo Estratégico Global. Como venho afirmando em meus artigos, o nosso estado reúne uma combinação de ativos estratégicos como poucos territórios no mundo possuem simultaneamente ”

disponíveis: Fundo Verde para o Clima (GCF), Banco Mundial – Climate Investment Funds, BID-BID Invest, CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina, Fundo Amazônia-BNDES, Mercado Voluntário de Carbono, Títulos Verdes (Green Bonds).

Dinheiro sem capacidade institucional gera apenas despesa. Dinheiro associado a governança gera patrimônio ambiental e desenvolvimento. Há países que possuem grande capital natural, mas baixa capacidade institucional. Nesses casos, a natureza vira extração, não desenvolvimento gerando exploração predatória, baixa inovação, com alta concentração de renda e degradação ambiental.

O capital natural só vira ativo de desenvolvimento quando é mediado por conhecimento, tecnologia, governança e inclusão produtiva.

A forma de conversão de capital em desenvolvimento inclui Capital Disponível: floresta, água, costa oceânica, solo, vento, sol, posição logística; Capacidade Institucional: instituições eficazes, capazes de planejar, regular executar e avaliar políticas públicas; Capital Humano: educação, saúde, competências técnicas e capacidade adaptativa da população; Capital Cognitivo: ciência, dados, inovação, IA, e capacidade de resolver problemas complexos; Governança de Longo Prazo: alinhamento entre estado, mercado, academia e sociedade em torno de objetivos compartilhados.

E para concluir: mudança climática não é um problema ambiental. É um sistema adaptativo complexo, envolvendo economia, energia, água, agricultura, saúde, infraestrutura, comportamento humano e instituições.

Portanto, não existem soluções setoriais para problemas sistêmicos. No futuro, o desenvolvimento humano estará ligado ao Capital Natural, ao Capital Humano, ao Capital Cognitivo, ao Capital Institucional e ao Capital Produzido.

É o PIB+.

É praticamente uma imposição cuidar da pobreza e suas novas gerações. Ou seja, o nosso projeto Casa de Esperanças, desenvolvido pela SEDEPE, se impõe definitivamente. Sem isso, ficaremos para trás.